

ATO PÚBLICO

Águas de Lindóia (SP), 17 de outubro de 2013



14º CBAS CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

**SEM
MOVIMENTO
NÃO HÁ
LIBERDADE**

**luta e resistência
contra a repressão
ontem e hoje**

Neste mês de outubro, assistentes sociais e estudantes participam do **14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**, em Águas de Lindóia (SP). Momento ímpar de ação, debates e principalmente de reafirmação de lutas e sonhos em defesa de uma sociedade que tenha por horizonte a emancipação humana e a liberdade.

Na defesa de uma sociedade que garanta o acesso aos direitos mais elementares, como alimentação, moradia, saúde e educação.

É preciso que nossos cantos, nossas palavras de ordem fluam na cidade de Águas de Lindóia por todo o país, tendo a nitidez de que precisamos de todas as pessoas na luta cotidiana.

E que nossas vozes e nossos cantos caminhem juntos com a reafirmação dos princípios que o serviço social brasileiro duramente defendeu e defende ao longo das últimas décadas.

Exige a não aceitação do imediato e do aparente; exige o combate a uma sociedade marcada por crises estruturais, que cobra dos trabalhadores e das trabalhadoras a conta pelo lucro desenfreado do capital.

Nesse cenário, ganha contornos assustadores a disputa do fundo público pelo capital financeiro; a retração dos direitos sociais; a banalização da vida de jovens, em sua maioria pessoas negras e pobres, nas periferias das cidades; a lógica econômica definindo políticas sociais; a precarização das relações de trabalho e o aumento do assédio moral; o crescimento da população carcerária, além de ataques frequentes à população em situação de rua, com práticas higienistas inaceitáveis; com o aumento de ações homofóbicas, com a morte

de mulheres vítimas de violência doméstica e de abortos inseguros, com o culto da beleza e do corpo ideal, o que fragiliza mulheres, incluindo parcela significativa de adolescentes.

Mas como **sem movimento não há liberdade**, a sociedade brasileira se organiza e exige seus direitos, os movimentos sociais saem às ruas pelo direito à moradia, ao transporte livre e digno, à saúde, à educação, aos direitos previdenciários, incluindo o fim do fator previdenciário, sem idade mínima, aos direitos trabalhistas e ao direito de livre expressão e manifestação.

Quando assistentes sociais do Brasil afirmam a necessidade de **luta e resistência contra a repressão ontem e hoje**, defendemos a exigência da apuração dos crimes da ditadura e a reparação, possível, embora nunca suficiente, às vítimas e a seus familiares. Afirmamos a não aceitação de ações burguesas e policiais de repressão aos movimentos sociais. Afirmamos o direito ao sonho, sempre!

No trabalho cotidiano de assistentes sociais, ao atuarmos nas diferentes expressões da questão social, é preciso que coloquemos atenção às demandas institucionais que ignoram a autonomia de usuários e usuárias das políticas sociais; às ações que visem ao controle da população usuária, em detrimento de sua organização e fortalecimento. Precisamos recusar práticas que culpabilizem homens e mulheres pelo não acesso ao trabalho e os responsabilizem pela sua própria proteção social. Lutamos por condições de trabalho dignas, com condições técnicas e éticas, com a implantação da jornada de 30 horas, com salário digno e com autonomia profissional. Estas bandeiras são de toda a classe trabalhadora deste país.

Embalados/as em melodias, chamamos à luta em defesa dos direitos humanos, em defesa da igualdade real na vida cotidiana, em defesa da liberdade, da justiça e da diversidade humana.

1. Exigimos justiça nas dezenas de casos de assassinatos de lideranças, de professores e professoras, e de jovens indígenas, no contexto dos conflitos e da falta de terra. Chega de perseguição contra movimentos e entidades apoiadoras do movimento indígena. Terra para índios e índias!

2. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, o assassinato de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Pará representa 46% do total nacional de crimes contra trabalhadores e trabalhadoras no campo. Apesar de todos estes assassinatos terem sido anunciados e denunciados publicamente pela maioria das vítimas, o Estado brasileiro nunca se mobilizou em defesa desse povo. Reforma Agrária já!

3. Em Altamira (PA), que sofre com as obras de Belo Monte, trabalhadores e trabalhadoras têm seus direitos violados em todas as dimensões, inclusive nos direitos humanos. As pessoas que trabalham lá vivem sob regime de toque de recolher, sob ameaça, repressão e violência da guarda do consórcio Belo Monte, da polícia do Pará e da Força Nacional. Solidariedade com os trabalhadores e com as trabalhadoras de Belo Monte!

4. Estima-se que quase 50 mil pessoas foram, de alguma forma, afetadas e tiveram direitos violados pela repressão durante a ditadura militar. O número inclui pessoas presas, exiladas e torturadas, mas também familiares que perderam parentes nas ações, durante o período de 1964 a 1985, além de pessoas que sofreram algum tipo de perseguição. Tortura nunca mais!

5. O direito à cidade está, entre outras questões, no acesso universal aos serviços, na distribuição democrática dos bens produzidos, no diálogo permanente com os movimentos sociais. Ao contrário, o que se vivencia nas cidades brasileiras é uma ofensiva de criminalização dos movimentos sociais, a militarização dos espaços populares, a 'higienização' da cidade com as internações compulsórias. Remoções de comunidades inteiras para privilegiar o empresariado, principalmente nesse momento de preparação para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos. Reação nas ruas é a nossa arma!

6. Ações truculentas da Polícia Militar (PM) nas mobilizações sociais e nas favelas em todo o Brasil apontam para resquícios de hábitos forjados

pela ditadura militar brasileira. A PM sempre foi violenta contra a classe trabalhadora. Já é tempo de mudarmos esta história!

7. O aborto é mais do que um problema de saúde pública. Negar a uma mulher o direito a realizá-lo é equivalente a dizer que ela não tem autonomia sobre seu corpo, que não é dona de si. É deixá-la num permanente risco de morte, ao recorrer a métodos inseguros. Nenhuma mulher deve ser presa porque realizou um aborto!

8. Existem hoje no Brasil cerca de cem mil crianças de 7 a 18 anos vivendo nas ruas das cidades, com um cotidiano de privação das condições dignas de vida, além de serem, com frequência, vítimas da violência policial e de milícias particulares. Toda criança tem direito à infância!

9. As comunidades quilombolas em nosso país são constantemente violadas em seus direitos, seja no sentido do ataque às suas tradições, seja na falta de garantia de acesso aos serviços públicos, como educação, saúde, infraestrutura, saneamento básico, entre outros. Reconhecimento e respeito às comunidades quilombolas!

10. Quase a totalidade (95%) das pessoas feridas em confrontos com a polícia paulista, e que foram transportadas por policiais civis ou militares, entre 2 de janeiro e 31 de dezembro de 2012, morreram no trajeto ou no hospital. Desmilitarização da PM já!

11. Fatores externos (causas não naturais) respondem por 73% das mortes de jovens; destas, 39% ocasionadas por homicídio. A realidade dos dados coloca em evidência a criminalização das pessoas pobres, quando sabemos que a maioria destas pessoas são negras, moradoras da periferia e pobres. Fim do extermínio da juventude no Brasil!

Águas de Lindóia, 17 de outubro de 2013

- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

- Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região (CRESS-SP)

- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

- Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO)

